

Prezados Colegas Defensores, Servidores e demais colaboradores da DPU,

Dirijo-lhes essas breves palavras por ocasião do encerramento de meu mandato da Defensoria Pública-Geral da União.

Nos dois primeiros anos de gestão, colocamos a DPU em sólida trilha de desenvolvimento. Expandimos a cobertura de atendimento da DPU, por meio da criação de novos cargos; desenvolvemos constante presença do Defensor Público-Geral Federal no plenário do Supremo Tribunal Federal em processos de grande repercussão para a sociedade brasileira, e articulamos diuturnamente no Congresso Nacional a aprovação de projetos de fortalecimento da instituição.

Após a conquista da autonomia da DPU, ingressamos no segundo mandato certos de que ainda havia muito a ser trilhado para consolidação desse processo. Concentramos nossos atos na adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na aprovação de orçamento compatível com a relevância do serviço de assistência jurídica gratuita ao cidadão carente. Pela primeira vez, a DPU debateu seu orçamento, com o Governo e o Congresso, em nome próprio.

Participamos ativa e intensamente da mais importante mudança de patamar da Defensoria Pública brasileira: a aprovação da EC n.º 80/2014, passo significativo no caminho da isonomia de tratamento entre as instituições de mesmo status constitucional.

Neste documento, sintetizo os resultados e as conquistas desses quatro anos de trabalho.

Agradeço a todos que confiaram a condução da DPU a mim e a minha equipe, a quem consigno, de público, minha gratidão pelo trabalho incansável. Desejo, por fim, ao novo Defensor Público-Geral Federal e a sua equipe muito êxito nessa caminhada.

A Defensoria Pública da União é de todos nós.



Haman Tabosa de Moraes e Córdova

Defensor Público-Geral Federal

Biênios 2011-2013 e 2014-2016

Gestão	2
Informatização	3
Articulação Institucional	4
Internacional	6
Comunicação Social	7
Escola Superior	8



Nova sede da Administração Superior, da Categoria Especial e da Defensoria Pública da União no Distrito Federal

GESTÃO

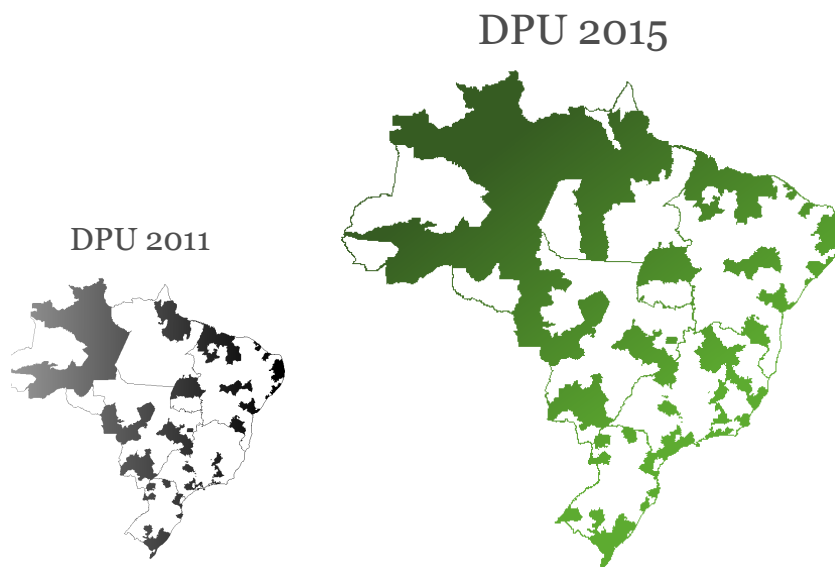
- Criação de dezessete novos órgãos de atuação da Defensoria Pública da União em municípios do interior do Brasil.
- Melhoria da estrutura física dos órgãos de atendimento em 38 municípios por meio da locação de edifícios com maior acessibilidade e localização central, facilitando o acesso pelos cidadãos e cidadãs.
- Aprimoramento do processo de elaboração da proposta orçamentária por meio da ampliação da interlocução com a Secretaria de Orçamento Federal.
- Incremento de 261,22% do orçamento de custeio, 429,09% no de investimento e de 200,28% do limite orçamentário total destinado à DPU.
- Implantação do Planejamento Estratégico e de gestão por projetos.

Nos últimos dois anos, houve increment de 429% dos limites orçamentários destinados a investimento para a DPU na Lei Orçamentária Anual, reduzindo de forma significativa a distorção histórica no tratamento da instituição.

A CARREIRA DE DEFENSORAS PÚBLICAS E DEFENSORES PÚBLICOS E FEDERAIS

Após a bem sucedida aprovação do anteprojeto de criação de 789 cargos de Defensor Público Federal — fruto de intensa articulação nos Ministérios da Justiça, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Casa Civil da Presidência da República e no Congresso Nacional —, conseguimos prover 204 novos cargos, realizar a promoção de 79 membros, o que resultou num aumento de mais de 13 milhões de cidadãos e cidadãs na base de cobertura do serviço de assistência jurídica integral e gratuita da DPU.

- Articulação que resultou na adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao novo status decorrente da autonomia da DPU.
- Aumento da eficiência na execução orçamentária com empenho de 98,03%, em 2013, 99,84% em 2014 e 97,20% dos limites orçamentários disponíveis.
- Aumento da transparência na publicidade dos atos administrativos, por meio de serviço que disponibiliza com rapidez e facilidade de acesso os atos publicados no Diário Oficial da União.
- Distribuição de cargos de Defensor Público Federal de forma a garantir a existência de no mínimo 2 membros em cada órgão de atuação.
- Implantação do Sistema de Gerenciamento do Atendimento — SGA, que permitiu notável melhoria na gestão do atendimento ao público.
- Implantação da pesquisa de satisfação para acompanhamento do grau de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e cidadãs.
- Sistematização, estruturação e apresentação ao Congresso Nacional dos projetos de lei para criação da carreira de apoio e para adequação da estrutura de cargos comissionados da DPU que viabilizará a remuneração pelo exercício de chefia e a descentralização administrativa.
- Disponibilização do recurso de videoconferência (link e câmeras) para permitir otimização de tempo na reunião dos membros e servidores da DPU em âmbito nacional.
- Disponibilização de novo portal da internet DPU com o espaço de consulta à movimentação do Processo de Assistência Jurídica (PAJ) pelo assistido.



O número de pessoas com acesso aos serviços da DPU passou de 68.136.647 para 81.617.136 com a implantação de 17 novos órgãos de atendimento em municípios do interior do Brasil.

INFORMATIZAÇÃO

- Implantação de sistema informatizado para tramitação de processos administrativos - SEI, o que permitiu conferir maior celeridade e transparência aos procedimentos internos.
- Expansão da Infovia para todas as unidades da DPU, com aumento sensível da velocidade e da capacidade de tráfego de dados pela rede.
- Implantação do SIS-DPU, que permitiu aumento da segurança, maior agilidade nas respostas, e novas funcionalidades adaptadas ao porte da DPU.
- Criação de novo sistema informatizado de votação eletrônica, mais seguro e adaptado às necessidades da DPU.
- Idealização, planejamento e efetiva contratação de nova Central de Processamento de Dados com capacidade para suportar o recente incremento da demanda pelo serviço da DPU, bem como o crescimento projetado para os próximos anos, garantindo-se a velocidade e a confiabilidade no uso dos sistemas informatizados na DPU.
- Idealização, planejamento e efetiva contratação de sala de alta disponibilidade com capacidade para manter o funcionamento ininterrupto dos sistemas informatizados em caso de queda de energia.
- Reformulação da estrutura de backup dos bancos de dados, alocando-os em locais físicos distintos (redundância) para evitar perdas críticas de dados nos sistemas informatizados da DPU.
- Aquisição de STORAGE pela Secretaria de Tecnologia da Informação, que permitirá segura expansão do espaço para armazenamento dos dados produzidos por toda a Defensoria Pública da União para os próximos anos.

AUTONOMIA E INICIATIVA DE LEI

Duas emendas à constituição especificamente sobre Defensoria Pública foram promulgadas ao longo dos últimos quatro anos e foram fruto de um incansável trabalho de todos os órgãos e associações de Defensoria Pública do país.

Participamos com protagonismo de todo o processo que gerou as Emendas Constitucionais n°s 74, de 2013, e 80, de 2014, que oferecem novos horizontes à Instituição.

A primeira trouxe de volta o equilíbrio institucional que havia se perdido com a Emenda Constitucional n° 45, de 2004, conferindo autonomia à DPU, para permitir mais efetividade e eficiência nas decisões do órgão e na prestação de assistência jurídica em âmbito nacional.

A segunda, ao lado de determinar a implantação de Defensoria Pública em todas as unidades jurisdicionais do país no prazo de oito anos, verdadeiramente colocou a Defensoria Pública - e seus membros - em um patamar jurídico-constitucional compatível com a essencialidade de sua função e o caráter permanente que detém.

É a partir dessa segunda emenda que a autonomia conferida pela primeira foi instrumentalizada, já que ao DPGF foi facultado o envio de projetos de lei ao Congresso Nacional para tratar de questões estruturantes da DPU.

Com isso, de maneira inédita, foram encaminhados ao Parlamento os projetos de lei que criam a carreira de apoio e os cargos em comissão da DPU, essenciais ao funcionamento de qualquer órgão público. Esses projetos ainda estão em trâmite na Câmara dos Deputados.

Também foi possível fazer chegar ao Poder Legislativo, com altivez, as históricas demandas remuneratórias dos defensores públicos federais, que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



ATUAÇÃO NO STF

Restabelecemos a atuação pessoal e direta do Defensor Público-Geral Federal no Supremo Tribunal Federal para ampliar a divulgação do papel e da excelência da atuação dos membros da DPU.

Alcançamos importante vitória da tese defendida pela DPU na Ação Penal 470, que resultou na ampla divulgação, nos veículos de comunicação, da importância da DPU no cenário jurídico.

Nessa esteira, defendemos no STF os interesses dos assistidos da DPU em casos de importante repercussão nacional, a exemplo da interpretação extensiva do conceito de hipossuficiência para fins de recebimento do benefício assistencial – LOAS, da inconstitucionalidade da fixação obrigatória de regime inicial fechado aos condenados por tráfico de drogas, da constitucionalidade das cotas raciais nas universidades, da obrigatoriedade do cumprimento de pena em regime mais brando na ausência de vagas no regime semiaberto.

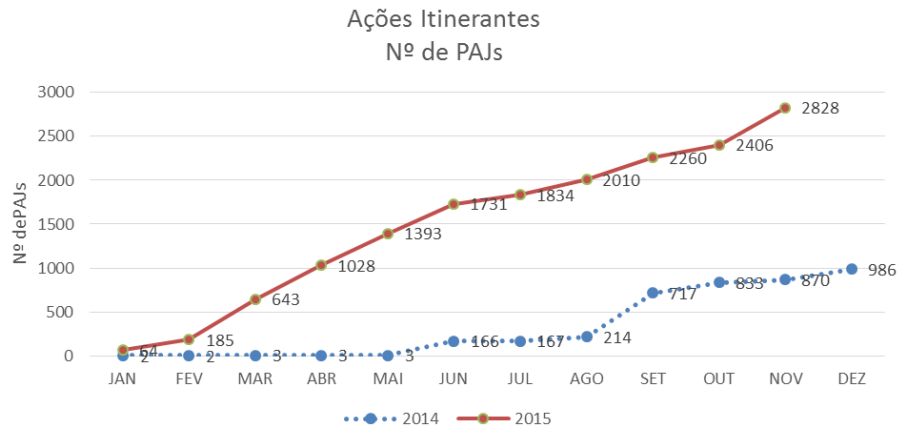
Importante registrar também a defesa da autonomia da DPU questionada no STF por meio da ADI 5296.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

- O número de ações itinerantes tem sido crescente a cada ano. Enquanto em 2012 foram atendidas 15 localidades, em 2015 esse número alcançou 75. Em 2015 foram instaurados 2910 processos de assistência jurídica, quase o triplo em relação a 2014 (985).
- Implantamos a atuação da DPU em 100% das ações de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Emprego para erradicação do trabalho escravo no Brasil. No ano de 2015 foram realizadas 25 ações, o que resultou num incremento de 45% do número de processos de assistência jurídica em relação ao ano anterior.
- Incrementamos a utilização da Visita Virtual de 91 acessos em 2013 para 856 em 2015
- Produzimos material informativo e de referência (relatórios consolidados sobre a situação atual no país e da perspectiva de aperfeiçoamento da atuação da DPU relacionado a cada área de atuação da DPU, banco de peças p. ex.), nos temas relacionados aos GTs coordenados pela SGAI, para capacitação dos novos defensores públicos federais e reciclagem de membros e demais colaboradores. Audiência de Custódia, Subtração Internacional de Crianças, Trabalho Escravo, Quilombolas, Tráfico de Pessoas, Projeto DPU nas Escolas.
- Promovemos o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com a realização de curso de capacitação da UNODC/ONU para defensores e servidores, bem como, com a publicação do Guia da DPU de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborado pelo GT do tema, e com a iluminação da sede da DPU em Brasília em azul.
- Implantamos o atendimento de mulheres acusadas de subtração internacional de menores, por meio do GT Mulheres, em todo o Brasil, independentemente da existência de órgão de atuação no local da residência da mãe.
- Desenvolvemos nova estratégia para a difusão da educação em direito nas escolas meio de um concurso de redação com público potencial de 20 milhões de alunos do ensino regular e EJA, nível fundamental e médio. O tema para o ano de 2015 foi "Eu tenho direito e a DPU está comigo". Foram mobilizadas 171 escolas e 31.761 alunos. 416 redações concorreram.
- Acordos de cooperação com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foram firmados para institucionalizar canal efetivo de troca de informações e busca de conciliação com objetivo de diminuir a judicialização.
- Implantamos o modelo de inspeções periódicas nos presídios federais composto por equipes de três defensores, seguindo o modelo defendido pela Associação para Combate à tortura na publicação "Monitoramento de Locais de Detenção". Seguindo esse parâmetro, cada penitenciária federal foi inspecionada duas vezes no último ano.
- O Projeto Visita Virtual Internacional - MERCOSUL foi aprovado na XXII Reunião Ordinária da REDPO, o que permitirá a expansão do serviço a presos e familiares de todos os países do Mercosul.
- Firmamos cooperação para disponibilizar totens de autoatendimento

A Secretaria-Geral de Articulação Institucional, composta pelas Secretarias de Direitos Humanos, Assuntos internacionais, Política Penitenciária, Itinerante e Educação em Direitos, foi criada em 2013 para ampliar o diálogo com a sociedade civil e promover a integração da DPU às redes de proteção de grupos em situação de vulnerabilidade das demais instituições.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015, 147 municípios foram atendidos por ações itinerantes da DPU



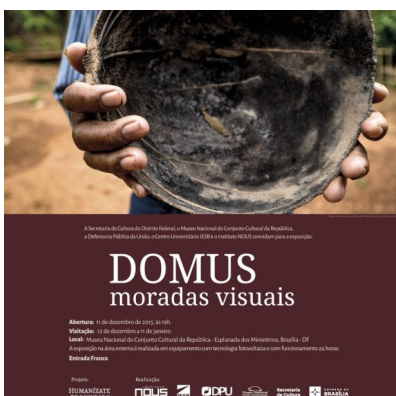
em todos os presídios federais que permitirão o contato do preso com a DPU, e o acompanhamento do andamento dos seus respectivos processos.

- Realizamos, em parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, seminário para apresentação do programa Reintegra Cidadão, que possibilita aos órgãos públicos a oportunidade de reinserção social de reeducandos do sistema prisional do Distrito Federal. O evento recebeu mais de trinta representantes de instituições públicas que se sensibilizaram com a proposta e se comprometeram a trabalhar para viabilizar a reprodução do programa em seus respectivos órgãos.
- Elaboramos e remetemos para as famílias dos presos do sistema federal de cartilha contendo orientações sobre o benefício do auxílio reclusão.
- Realizamos pesquisas com os presos de todos os presídios federais para apresentar relatório com mapeamento detalhado da situação do sistema (como por

exemplo acesso a estudo e saúde), identificar problemas e articular com o DEPEN o atendimento às não conformidades observadas.

- Firmamos importantes parcerias com o Departamento Penitenciário Nacional. Formalizamos a adesão da DPU ao programa “Defensoria no Cárcere” para fortalecer a atuação unívoca da Defensoria Pública nos estabelecimentos prisionais.
- Celebramos a adesão da DPU ao programa Defensoria sem fronteiras por meio do qual forças-tarefa de defensores públicos de todo o Brasil realizam atendimento a pessoas custodiadas em unidades prisionais.
- Em 2015 a DPU teve uma atuação importante na defesa dos direitos dos atingidos por barragens. Durante todo o ano a população urbana atingida pela construção da obra da UHE de Belo Monte foi assistida pela DPU na garantia a seus direitos, inicialmente por meio da atuação itinerante. Desde janeiro, 72 defensores federais e 60 servidores

se revezaram em 14 ações itinerantes do Programa Eu Tenho Direito, realizando mais de 1.400 atendimentos. A partir de setembro/2015, o atendimento passou a ser feito pela mais nova unidade permanente da DPU, em Altamira/PA.



DPU CULTURAL

A parceria com o IESB busca a divulgação da DPU por meio de elementos artísticos. Alunos e alunas do curso de fotografia buscam retratar os temas sensíveis à DPU, como migrações e refúgio; sistema prisional; catadores de lixo; comunidades indígenas e quilombolas, por meio de fotos de altíssima qualidade artística. As mostras fotográficas “Presença Entre Ausências – Poéticas Visuais” e “DOMUS – Moradas Visuais são produto dessa cooperação.

GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho foram criados com a intenção de estabelecer na DPU pontos focais de temas sensíveis sob a ótica dos Direitos Humanos.

Foram criados os seguintes grupos:

- Comunidades Tradicionais:
- Indígenas:
- Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- Garantia à Segurança Alimentar e Nutricional
- Pessoas em Situação de Prisão
- Erradicação do Trabalho Escravo
- Migrações e Refúgio
- População em Situação de Rua
- Catadores e Catadoras
- Saúde
- Moradia
- Identidade de Gênero e Cidadania LGBTI
- Atendimento a Comunidades Brasileiras no Exterior

Compostos por Defensoras Públicas e Defensores Públicos Federais extremamente qualificados nas respectivas temáticas, conseguiram elevar ainda mais a qualidade do diálogo da DPU com a sociedade civil e as instituições das redes de proteção de grupos em situação vulnerável.

Entre as atribuições dos GTs, destacam-se apoiar a atuação dos defensores públicos federais, articular em conjunto com a Defensoria Pública- Geral da União o relacionamento institucional, desenvolver material de apoio, elaborar moções de repúdio ou manifestações opinativas em relação a proposições normativas.

INTERNACIONAL

• A DPU exerceu a Presidência pro-tempore da REDPO no primeiro semestre de 2015, oportunidade em que apresentamos o relatório final do estudo comparativo sobre a gestão do serviço de defensoria pública no âmbito do MERCOSUL e aprovamos o projeto Visita Virtual Internacional que prevê a expansão do programa para os familiares e presos dos países do Mercosul.

• Em outubro de 2014 conseguimos o ingresso formal da Defensoria Pública da União na Associação Interamericana de Defensorias Públicas, o que representou um importante avanço na defesa dos direitos humanos no Brasil, porque nos posicionou, em conjunto com as defensorias estaduais, na estrutura de um organismo internacional em diálogo direto com a corte interamericana de direitos humanos, permitindo a construção de um fluxo de trabalho institucionalizado e permanente na proteção de nossos assistidos e o robustecimento dos nossos mecanismos de atuação em prol dos cidadãos em situação de vulnerabilidade

• Intensificamos a articulação com outros atores do cenário internacional e celebramos diversas parcerias, das quais se destacam a parceria pluri-institucional com objetivo de promover o atendimento a migrantes retidos no “Conector de Guarulhos”.

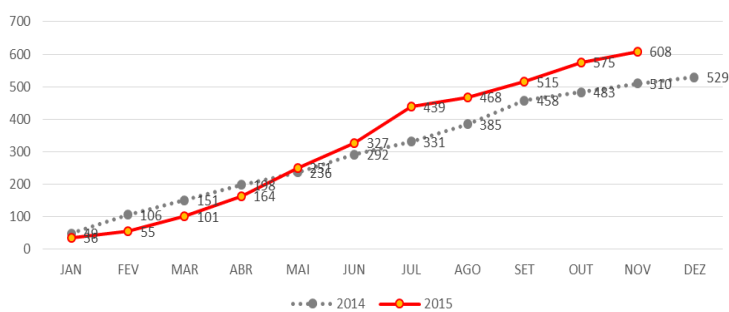
• Formalizamos portaria Conjunta entre o MJ e a DPU para uniformizar o trâmite dos pedidos de assistência jurídica gratuita, no âmbito da cooperação jurídica internacional. O instrumento agilizará o atendimento aos cidadãos, pois define os procedimentos que cada um deve adotar para tramitar os pedidos de assistência jurídica gratuita, tanto de brasileiros necessitando de auxílio jurídico no exterior, quanto de estrangeiros que solicitam assistência no Brasil.

• Com o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos Defensores Públicos Federais, foi assinado um memorando de entendimento entre a Defensoria Pública da União (DPU) e o Escritório Sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC).

• Fortalecemos nossa presença no Conselho Nacional de Imigração e no Comitê Nacional para Refugiados, onde conseguimos assento com direito a voz .

• Viabilizamos a contratação de serviços de tradução e intérprete para toda a DPU com vistas a possibilitar o atendimento integral ao assistido que necessita de assistência jurídica internacional e facilitar a comunicação (oral e escrita) nos projetos de cooperação internacional.

Total de PAJS em 2014 e 2015 - SAI
Acumulado



No gráfico acima se observa a evolução mensal do acumulado de processos de assistência jurídica internacional instaurados na DPGU. O incremento observado em 2015 corresponde em grande medida ao maior volume de PAJs relacionados ao CONARE, que em 2014 correspondeu a menos de 15% do total enquanto em 2015 alcançou 45%.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social foi criada com foco na missão de educar em direitos estabelecida no Plano Estratégico 2012-2015: garantir aos necessitados o conhecimento e a defesa de seus direitos.

Dividida em coordenações de Imprensa e Publicidade, recebeu as incumbências de cuidar da identidade visual da Defensoria Pública da União, gerenciar o portal e a intranet da instituição e produzir o material gráfico (cartilhas, panfletos, livros, banners etc.), bem como de posicionar a instituição perante a mídia por meio de notícias, redes sociais, releases e programas semanais veiculados na Rádio Justiça e em emissoras comunitárias.

Com esse escopo, lançamos em maio de 2015 o novo portal da DPU com interface intuitiva e espaço de consulta à movimentação do Processo de Assistência Jurídica pelo assistido, que já é a área mais acessada do portal, com 84 mil cliques no segundo semestre de 2015.



A logo da DPU foi escolhida por meio de votação entre três opções elaboradas pela equipe de assessoria de comunicação social e envolveu todos os membros e servidores da instituição.

O modelo vencedor foi construído a partir da ideia de duas mãos que se aproximam para acolher e proteger, representando visualmente a função da Defensoria Pública em relação aos cidadãos e cidadãos carentes.

Até janeiro de 2016, foram produzidos 70 programas de rádio inéditos. Com linguagem simples e direta, o programa estabelece um canal de comunicação com os assistidos, ao divulgar o papel e os serviços da DPU, além de informações sobre direitos e cidadania.

DPU NA MÍDIA

- No portal de internet da DPU foram publicadas 4.081 mil matérias de 2012 a 2015, média de 85 por mês. A produção de notícias tem como objetivos: a informação dos assistidos sobre seus direitos, a atualização de banco de dados sobre a atuação da DPU, a manutenção do bom fluxo interno de informação e o fortalecimento da marca DPU.

- O clipping Notícias do Dia, criado em Agosto de 2012, reuniu 15 mil notícias na imprensa com citações diretas à DPU. Uma média de 375 citações por mês e 4.500 por ano. Enviado diariamente para a lista de

e-mails DPU Global, o produto tem o objetivo de manter defensores e servidores informados sobre as matérias que citam a instituição na mídia.

- Foram produzidos 70 programas de rádio inéditos pela, com a participação de 75 defensoras públicas e defensores públicos federais. O programa tem duração de cinco minutos e é veiculado aos sábados e domingos, às 11h40 na Rádio Justiça e também é distribuído para um mailing de 37 emissoras de rádio, na maior parte comunitárias, de 30 localidades – 11 capitais, Distrito Federal e 18 cidades do interi-

or em todo o país. Com linguagem simples e direta, o programa estabelece um canal de comunicação direto com os assistidos, ao divulgar o papel e os serviços da DPU, além de informações sobre direitos e cidadania.

- A página da DPU no Facebook, lançada em março de 2014, chegou a 17,5 mil seguidores em janeiro de 2016, sendo a segunda maior sobre defensoria pública do Brasil. O perfil da DPU no Twitter, com 2,6 mil seguidores, é o segundo mais seguido sobre defensoria pública.



PUBLICAÇÕES

A missão em educação de direitos da Defensoria Pública da União exige da Coordenação de Publicidade da Ascom a publicação uma série de materiais de orientação jurídica referentes aos diversos temas de atuação do órgão, além de outros produtos de divulgação institucional. Eis as publicações mais importantes do período de 2011 a 2015:

Revistas Redpo 2012; 2013 e 2015, Cartilha institucional DPU 2012, Cartilha Justiça Eleitoral 2012, Cartilha Tráfico de Pessoas 2015, Plano Estratégico DPU 2012, Revistas DPU nº 5 (2012); nº 6 (2013); nº 7 e nº 8 (2015), Boletim RIPAJ 2012 e 2015, Manual de Redação e Estilo DPU 2013, Manual SEI 2013, Manual SGA 2013, Folder institucional DPU 2013, Cartilha Direito Previdenciário 2013, Folders Áreas de atuação da DPU (Previdenciário, Saúde, Educação, Moradia, Crimes Federais, Militares e Assistência Jurídica Internacional), Jornal Fórum ESDPU 2015, Jornal Eu Tenho Direito (outubro, novembro e dezembro 2015).

A EQUIPE

FABIANO CAETANO PRESTES

Subdefensor Público-Geral Federal

ARCÊNIO BRAUNER JÚNIOR

Secretário-Geral Executivo

JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO JÚNIOR

Secretário-Geral de Controle Interno e Auditoria

BRUNO VINICIUS BATISTA ARRUDA

Secretário-Geral de Articulação Institucional

FERNANDO MAURO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR

Diretor-Geral da Escola Superior

DANIELA CORREIA JACQUES BRAUNER

Vice-diretora Geral da Escola Superior

AMADEU ALVES DE CARVALHO JÚNIOR

Assessor de Assuntos Legislativos

VLADMIR FERREIRA CORREIA

Assessor Jurídico

TATIANA MELO DE ARAGÃO BIANCHINI

Secretária de Atuação no Sistema Penitenciário Nacional e Conselhos Penitenciários

ADRIANO CRISTIAN SOUZA CARNEIRO

Secretário de Assuntos Internacionais

GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO

Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal

JOÃO ALBERTO SIMÕES PIRES FRANCO

Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal

GUSTAVO ZORTEA DA SILVA

Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal

ANTÔNIO EZEQUIEL INÁCIO BARBOSA

Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal

FRANCISCO PEREIRA NEVES DE MACEDO

Assessor de Comunicação Social

LUCINEIVA FAGUNDES PIRES

Assessora de Cerimonial e Eventos

KÁTIA PEREIRA BESSA

Secretária de Gestão de Pessoas

JOSÉ RICARDO DE ALMEIDA

Secretário de Orçamento e Finanças

MELICÉGENES RODRIGUES

Secretário de Execução Orçamentária e Financeira

RICARDO JOSÉ SOUZA NASCIMENTO

Secretário de Logística e Patrimônio

PAULO ROBERTO LOBÃO LIMA

Secretário de Tecnologia da Informação

MARÍLIA PORTELA OLIVEIRA

Secretária de Gestão do Conhecimento